



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 3.478, DE 03 DE JULHO DE 1990.

- Revogado pelo Decreto nº 5.235, de 19-05-2000.

~~Aprova o Regulamento do Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda FUNGER
e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais tendo em vista o que consta do
Processo nº 621228/90 e o disposto no art.8º da Lei nº 11.127, de 7 de fevereiro de 1990.~~

~~DECRETA:~~

~~Art. 1º — É aprovado o anexo Regulamento do Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda FUNGER.~~

~~Art. 2º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 03 de julho de 1990, 102º da República.~~

~~HENRIQUE ANTONIO SANTILLO~~

~~Giuseppe Vecchi~~

~~Mário Pires Nogueira~~

~~(D.O. de 20-07-1990)~~

~~REGULAMENTO DO FUNDO ESPECIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA FUNGER~~

~~CAPÍTULO I~~

~~Dos Objetivos e da Abrangência~~

~~Art. 1º — O Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda FUNGER, que integra o Programa de Desenvolvimento
Integrado do Entorno do Distrito Federal PROENTORNO, instituído na Secretaria de Planejamento e Coordenação pela lei nº 11.127, de 7
de fevereiro de 1990, de natureza contábil e extra-orçamentária, com autonomia administrativa e financeira, tem por objetivo financiar capital
de giro, investimentos fixos ou mistos para projetos ou atividades produtivas exploradas por pessoas físicas ou jurídicas de baixa renda, nos
seguintes municípios:~~

~~I — Abadiânia;~~

~~II — Água Fria de Goiás;~~

~~III — Alexânia;~~

~~IV — Cabeceiras;~~

~~V — Cristalina;~~

~~VI — Corumbá de Goiás;~~

~~VII — Formosa;~~

~~VIII — Luziânia;~~

~~IX — Mimoso de Goiás;~~

~~X — Padre Bernardo;~~

~~XI — Planaltina de Goiás;~~

~~XII — Pirenópolis e~~

~~XIII — Santo Antônio do Descoberto.~~

~~Parágrafo único — Os municípios referidos neste artigo se beneficiarão do FUNGER mediante adesão a ser formalizada em
convênio próprio, no qual as Prefeituras explicitarão a sua cota parte, que poderá ser representada por dinheiro ou pela prestação de serviços
auxiliares, visando à divulgação e aplicação do FUNGER nas suas cidades. Os termos de convênios serão aprovados pelo Conselho
Deliberativo do Fundo e, em seu nome, assinados pelo Presidente e Secretário Executivo do órgão colegiado.~~

CAPÍTULO II

Das Fontes de Recursos

Art. 2º ~~São fontes de recursos do Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda—FUNGER:—~~

~~I—créditos orçamentários e extra-orçamentários que lhe forem destinados pelo Estado de Goiás;—~~

~~II—cota parte dos municípios, expressada em termo de convênio próprio;—~~

~~III—auxílios, doações, subvenções, contribuições, transferências, participações em convênios, acordos e ajustes;—~~

~~IV—percentual exigido dos beneficiários finais para análise e aprovação de cartas-consultas e projetos, bem como para fiscalização dos empreendimentos apoiados;—~~

~~V—repasses ou financiamentos, internos ou externos a ele especificamente destinados;—~~

~~VI—rendimentos e acréscimos provenientes de aplicações no mercado financeiro de saldos disponíveis nas suas contas bancárias;—~~

~~VII—retorno dos financiamentos concedidos sob a forma de empréstimos reembolsáveis;—~~

~~VIII—repasses do Projeto Empresas Comunitárias, gerido pela Secretaria de Planejamento e Coordenação;—~~

~~IX—repasses do Programa Fomentar Micro, gerido pela Secretaria de Indústria e Comércio;—~~

~~X—outros recursos não especificados.—~~

~~§ 1º—O percentual referido no item IV deste artigo será estabelecido por resolução do CD/FUNGER.—~~

~~§ 2º—Os recursos financeiros do FUNGER serão recolhidos diretamente aos seus Agentes Financeiros, os quais manterão contas bancárias, que serão movimentadas pelas assinatura conjuntas do Presidente e Secretário Executivo do seu Conselho Deliberativo.—~~

CAPÍTULO III

Da Aplicação dos Recursos

~~Art. 3º—Os recursos do FUNGER serão aplicados exclusivamente em atividades geradoras de empregos, exploradas por pessoas físicas que comprovem renda a familiar igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o salário mínimo ou por pessoas jurídicas que comprovem faturamento anual igual ou inferior a 10.000 (dez mil) vezes o MVR—Maior Valor de Referência.—~~

~~§ 1º—Os recursos do FUNGER serão alocados sob a forma de financiamentos reembolsáveis e, excepcionalmente, alocados a fundo perdido, na forma e nas condições dispostas por este Regulamento.—~~

~~§ 2º—Fica assegurada a aplicação de , no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos de cada exercício para o financiamento de microunidades produtivas familiares, de fundo de quintal e comunitárias.—~~

~~Art. 4º—Sobre as operações de financiamento reembolsável incidirão encargos de 3% (três por cento) ao ano, destinados à remuneração dos Agentes Financeiros, e correção monetária, oscilando de 0 (zero) a 80% (oitenta por cento) da variação do IPC—Índice de Preços ao Consumidor, no período, conforme origem dos recurso e de acordo com resolução específica do Conselho Deliberativo do FUNGER.—~~

~~Art. 5º—As operações de financiamento reembolsável poderão ser garantidas por 2 (dois) avalistas e resgatadas no prazo de até 12 (doze) meses, com prazo de carência de até 4 (quatro) meses, conforme resolução de Conselho Deliberativo.—~~

~~Parágrafo único—Os avalistas serão pessoas idôneas, podendo ser parentes, no caso de beneficiários pessoas físicas, ou os sócios, no caso — beneficiários pessoas jurídicas. Não será exigida a comprovação de bens móveis ou imóveis, mas apenas cópias de documentos pessoais, comprovação de endereço e de rendimentos. A critério do Conselho Deliberativo, poderão ser exigidas certidões negativas de protestos.—~~

~~Art. 6º—Os financiamentos do FUNGER serão concedidos com base na geração de novos empregos diretos e indiretos, pelos beneficiários finais, tanto para os projetos de implantação, quanto para os de expansão de empreendimentos, cujo número deverá estar expressão na carta-consulta e/ou no projeto, e observarão os seguintes limites:—~~

GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS (NÚMERO)	LIMITE DE FINANCIAMENTO (M.V.R.) (*)
De 3 (três) a 5 (cinco)	Até 100 (cem)
De 6 (seis) a 8 (oito)	Até 120 (cento e vinte)
De 9 (nove) a 12 (doze)	Até 150 (cento e cinquenta)
De 13 (treze) a 15 (quinze)	Até 180 (cento e oitenta)
Acima de 15 (quinze)	Até 250 (duzentos e cinquenta)

~~* M.V.R.— Maior Valor de Referência do País.—~~

~~§ 1º—Para o financiamento de projetos de expansão de empreendimentos será exigida comprovação de aumento da produção em pelo menos 20% (vinte por cento).—~~

~~§ 2º—Não serão concedidos novos financiamentos, para empreendimentos já apoiados pelo FUNGER, salvo se decorridos pelo menos 12 (doze) meses da assinatura do instrumento de crédito.—~~

~~Art. 7º—Os financiamentos concedidos pelo FUNGER serão formalizados pela assinatura de um Contrato de Crédito e~~

~~durante a vigência do mesmo os empreendimentos estarão sujeitos ao acompanhamento e controle por parte do FUNGER;~~

~~Parágrafo único—O inadimplemento de cláusulas contratuais por parte dos mutuários acarretará, para estes, penalidade de antecipação de vencimento do total de sua dívida, que será acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária plena, calculada com base na variação do IPC—índice de Preços ao Consumidor.~~

~~Art. 8º—Os financiamentos a fundo perdido serão concedidos exclusivamente para projetos de grande alcance econômico e social, desenvolvidos por entidades associativas de pequeno produtores urbanos ou rurais, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, regularmente constituídas e em funcionamento normal.~~

~~§ 1º—O alcance dos projetos será aferido pela geração de empregos diretos e indiretos. Somente se beneficiarão dos recursos a fundo perdido as entidades cujo projeto assegure a criação de pelo menos 5 (cinco) novos empregos diretos.~~

~~§ 2º—Os financiamentos a fundo perdido serão concedidos apenas com o voto favorável da maioria absoluta dos membros que compõem o Conselho Deliberativo do FUNGER.~~

~~§ 3º—Os limites dos financiamentos a fundo perdido serão determinados pelo grau de prioridade dos projetos e pelas disponibilidades financeiras do FUNGER e não serão superiores a 70% (setenta por cento) do valor total do projeto. A diferença será sempre comprovada pela entidade beneficiária como contrapartida de recursos próprios.~~

~~§ 4º—A critério do Conselho Deliberativo do FUNGER e de acordo com a capacidade de pagamento dos projetos, poderão ocorrer financiamentos com parte a fundo perdido e parte reembolsável.~~

CAPÍTULO IV

Dos Processos de Financiamentos

~~Art. 9º—Os pedidos de financiamento serão tratados individualmente, tanto no caso de pessoas físicas quanto no caso de pessoas jurídicas, e serão convertidos em processos, os quais deverão ser instruídos com as seguintes principais peças:~~

~~I—Ficha de Inscrição do Proponente;~~

~~II—Carta Consulta e/ou Projeto de Viabilidade Econômico-Financeira;~~

~~III—Cópias de Documentos Pessoais, Comprovantes de Rendimentos e de Endereços do Tomador e dos 2 (dois) Avalistas;~~

~~IV—Relatório de Análise e Parecer Técnico Conclusivo;~~

~~V—Resolução do Conselho Deliberativo ou Cópia da Ata da Reunião de Aprovação do Financiamento;~~

~~VI—Cópia do Instrumento (Contrato) de Crédito;~~

~~VII—Cópia do Cheque ou da Ordem de Crédito em favor do Mutuário;~~

~~VIII—Ficha de Controle do Ressarcimento.~~

~~Parágrafo único—Os critérios para exigibilidade de carta consulta e/ou projeto, os formulários, as instruções e os prazos para tramitação dos processos serão definidos através de resolução do Conselho Deliberativo do FUNGER.~~

CAPÍTULO V

Da Organização Administrativa

Seção I

Da Estrutura

~~Art. 10—A gestão deliberativa, técnica, administrativa e financeira do FUNGER será exercida pelo Conselho Deliberativo—CD/FUNGER, que, para tanto, contará com uma Secretaria Executiva.~~

~~Art. 11—O Banco do Estado de Goiás S/A. e a Caixa Econômica do Estado de Goiás são designados, em igualdade condições, seus agentes financeiros.~~

~~Art. 12—A Secretaria Executiva do CD/FUNGER será auxiliada, a nível operacional, pela Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico—Social—EMCIDECS e pelo GEAG—Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Goiás.~~

~~Art. 13—A Secretaria Executiva do CD/FUNGER será exercida pela Secretaria de Estado de Indústria e Comércio—~~

PLENÁRIO DO CD/FUNGER	
PRESIDÊNCIA	
SECRETARIA EXECUTIVA	
EMCIDECS	GEAG
AGENTES FINANCEIROS	

Seção II

Do Conselho Deliberativo

~~Art. 14—O Conselho do FUNGER será presidido pelo Secretário de Planejamento e Coordenação e integrado:~~

~~I—pelo Secretário de Indústria e Comércio;~~

~~II—por um representante da EMCIDEC;~~

~~III—por um representante do CEAG;~~

~~IV—por um representante da AMAB—Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília;~~

~~V—por um representante do BEG e~~

~~VI—por um representante da CAIXEGO.~~

~~Parágrafo único—Os representantes, assim como os substitutos eventuais, serão designados pelos titulares das entidades representadas no CD/FUNGER, que dos respectivos atos darão a este conhecimento por escrito.~~

~~Art. 15—O Conselho Deliberativo do FUNGER reunir-se-á, ordinariamente, 1 (um) vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros.~~

~~Art. 16—Ao plenário do CD/FUNGER compete:~~

~~I—cumprir e fazer cumprir este Regulamento e as resoluções baixadas pelo Conselho;~~

~~II—apreciar os processos e as matérias a ele submetidos através da Presidência ou da Secretaria Executiva;~~

~~III—discutir e votar as matérias constantes da Ordem do Dias das suas reuniões;~~

~~IV—aprovar o Regimento Interno a ser oferecido pela Secretaria Executiva através da Presidência;~~

~~V—discutir e aprovar o orçamento anual do FUNGER;~~

~~VI—determinar a fiscalização ou a execução de auditoria sobre os valores alocados a título de financiamento;~~

~~VII—deliberar sobre outros assuntos de sua competência ou a ele submetidos.~~

~~Art. 17—São atribuições da Presidência do CD/FUNGER:~~

~~I—cumprir e fazer cumprir este Regulamento e as resoluções baixadas pelo Conselho;~~

~~II—presidir as reuniões plenárias do Conselho;~~

~~III—convocar as reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias e resolver as questões de ordem das mesmas;~~

~~IV—representar o Conselho Deliberativo;~~

~~V—representar o FUNGER, ativa e passivamente, na justiça ou fora dela;~~

~~VI—assinar as resoluções do CD/FUNGER e dar-lhes publicidade;~~

~~VII—assinar toda a correspondência oficial do CD/FUNGER;~~

~~VIII—assinar, em conjunto com o Secretário Executivo, os documentos relacionados com a movimentação de recursos financeiros do FUNGER;~~

~~IX—outros assuntos de sua competência ou a ela submetidos.~~

~~Art. 18—As deliberações do CD/FUNGER, salvo dispositivo em contrário, serão tomadas por maioria simples, tendo cada Conselheiro direito a 1 (um) voto e o Presidente, além do voto comum, o de qualidade.~~

Seção III

Da Secretaria Executiva

~~Art. 19—À Secretaria Executiva do CD/FUNGER incumbe o assessoramento técnico, administrativo e financeiro do Conselho, competindo-lhe, ainda:~~

~~I—cumprir e fazer cumprir este Regulamento e as resoluções do CD/FUNGER;~~

~~II—prestar assessoramento à Presidência;~~

~~III—organizar todos os atos e documentos que devam ser assinados pelo Presidente;~~

~~IV—transmitir ordens e mensagens emanadas da Presidência;~~

~~V—opinar sobre problemas técnicos, administrativos e financeiros relacionados com administração do Fundo;~~

~~VI—acompanhar e orientar as atividades pertinentes à elaboração e execução orçamentária, a finanças e contabilidade do Fundo;~~

~~VII—formalizar os processos de financiamento, juntar-lhes relatório de análise e parecer técnico conclusivo;~~

~~VIII—preparar documentos a submetidos ao Conselho e propor à Presidência o Ato Convocatório e a Ordem do Dia das reuniões plenárias;~~

~~IX—dar curso aos processos e matérias apreciados e votados pelo Conselho;~~

- ~~X—propor minuta do Regimento interno e de eventuais alterações deste ao Conselho;~~
- ~~XI—propor formulários, normas, procedimentos e rotinas para operacionalização do FUNGER, a serem aprovados pelo Conselho;~~
- ~~XII—assinar, juntamente com o Presidente, os documentos relacionados com a movimentação de recursos financeiros do Fundo;~~
- ~~XIII—exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam atribuídas pela Presidência.~~

Seção IV **Do Apoio Técnico—Operacional**

~~Art.20—O apoio técnico operacional a ser dado à Secretaria Executiva do CD/FUNGER pela EMCIDEG e pelo GEAG será regulado por resolução do Conselho e abrangerá, dentre outras, as seguintes principais tarefas:~~

- ~~I—mobilização do público-alvo;~~
- ~~II—lançamento do programa em cada município;~~
- ~~III—inscrição dos interessados;~~
- ~~IV—elaboração de cartas-consultas e/ou projetos;~~
- ~~V—contratação dos financiamentos;~~
- ~~VI—treinamento gerencial básico e~~
- ~~VII—acompanhamento e avaliação dos empreendimentos.~~

Seção V **Dos Agentes Financeiros**

~~Art.21—O apoio dos agentes financeiros, BEG e CAIXEGO, será detalhado em resolução do CD/FUNGER e contemplará, dentre outras, as seguintes principais tarefas:~~

- ~~I—emissão dos cheques para liberação dos recursos;~~
- ~~II—expedição dos carnês de cobrança das prestações e~~
- ~~III—controle do ressarcimento dos financiamentos.~~

CAPÍTULO VI **Das Disposições Finais**

~~Art.22—O orçamento anual do FUNGER será proposto pela Secretaria Executiva e submetido à aprovação do Conselho Deliberativo pela Presidência, observados as normas e os prazos legais que regem a matéria.~~

~~Parágrafo único—Depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo, o orçamento anual do FUNGER será homologado pelo Chefe do Poder Executivo.~~

~~Art.23—A critério do CD/FUNGER, os recursos do Fundo poderão ser empregados para apoio técnico aos empreendimentos, sob a forma de treinamento gerencial aos mutuários e/ou sob a forma de patrocínio de feiras e exposições de bens cuja produção tenha apoiado, desde que tais aplicações fiquem limitadas a 10% (dez por cento) do orçamento do FUNGER para cada exercício.~~

~~Art.24—As despesas administrativas do FUNGER, inclusive para fiscalização e auditoria de empreendimentos, vedada a contratação de funcionários, fica limitada a 10% (dez por cento) do seu orçamento anual.~~

~~Art.25—O saldo positivo do FUNGER, apurado em balanço anual, será transferido para o exercício seguinte à conta de crédito do mesmo Fundo.~~

~~Art.26—É autorizada a aplicação no mercado financeiro das disponibilidades das contas bancárias do FUNGER.~~

~~Art. 27—O controle financeiro e orçamentário do FUNGER será exercido pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que se refere à apreciação de balancetes mensais e prestação de contas anual.~~

~~Art. 28—O detalhamento dos critérios de enquadramento dos projetos e das condições de financiamento será feito através de resolução do Conselho Deliberativo do FUNGER.~~

~~Art.29—Dos mutuários será exigido o compromisso de manterem, durante a vigência do contrato de financiamento, uma placa ou um adesivo alusivo ao apoio financeiro ofertado pelo Governo Estadual através do FUNGER.~~

~~Art.30—Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do FUNGER.~~

HENRIQUE ANTONIO SANTILLO

(D.O de 20-07-1990)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 20-07-1990.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Conselho Estadual de Trabalho Poder Executivo Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE